

Recorte da dissertação "A Arte de Disciplinar: Jogando Capoeira em Projetos sócio-educacionais", por Wilson Rogério Penteado Junior

3. De “Prática Marginal” a “Esporte Nacional”: O Nascimento da “Arte Marcial Brasileira”

É no século XX que a capoeira passa por grandes transformações deixando de ser representada como arte de vadiagem para se tornar esporte nacional. Alguns membros da intelectualidade brasileira, no início daquele século já sugeriam a possibilidade da capoeira se tornar um esporte. Essa nova representação social da capoeira como esporte – que vai, pouco a pouco, tornar-se hegemônica – tinha suas origens nos mesmos pressupostos teóricos do determinismo racial, pois naquele momento histórico, o discurso médico higienista, impregnado de uma visão eugênica, enfatizava a ginástica como fator de regeneração e purificação da raça.

A capoeira deveria, então, deixar seu aspecto de “doença moral” para se tornar “defesa pessoal”, digna de ser praticada pelos “cidadãos de bem”. Carlos Eugênio Líbano Soares (1998), comenta uma série de artigos que foram publicados em 1926 no jornal Rio Sportivo, sob o título “Capoeiras e capoeiragem”. Nestes artigos defendia-se a importância do trabalho e sua oportunidade. Defendia-se a capoeira como arma de defesa pessoal, tão poderosa como o “boxe britânico e norte-americano, a savate francesa e parisiense, o jui-jitsu japonês e a clássica luta romana”.

Defendiam-se o resgate da capoeira como jogo atlético; superando o passado que a fizera ser criminalizada no século XIX. (cf. Soares, 1998). Para entendermos a mudança e a conseqüente nova concepção que passa a ser adotada pelas elites brasileiras em relação à prática capoeirística, é importante levarmos em consideração o contexto sócio-político daquele momento.

Em 1932, Getúlio Vargas, o então presidente da república, libera uma série de manifestações populares e dentre estas a capoeira que podia ser praticada livremente, porém desvinculada de qualquer ato considerado “marginal”, “subversivo” ou “agitador” (cf. Areias, 1984). E em 1936, a capoeira é oficializada pelo governo como modalidade de educação física. É importante lembrar que essas medidas adotadas no governo de Getúlio Vargas foram motivadas pela preocupação levantada naquele momento, por diversos intelectuais a respeito da identidade nacional brasileira. As questões que se colocavam naquele momento eram guiadas pela indagação principal: “o que é ser brasileiro?”, “o que é a cultura brasileira?”.

Nesse contexto, reinterpretando várias manifestações culturais produzidas no país, o Estado se apropria das práticas populares consideradas genuinamente brasileiras para apresentá-las como expressões da cultura nacional. Assim, a capoeira sai das ruas para fazer parte da cultura nacional enquanto prática desportiva.

Na Bahia, por exemplo, um mestre de capoeira, que viria a se tornar um dos mais famosos, senão o mais famoso mestre de capoeira do Brasil – Mestre Bimba – cria sua escola de capoeira como “centro de cultura física e de defesa pessoal”. Tal escola era freqüentada por elementos de uma camada social mais abastada, dentre estes, estudantes, políticos, intelectuais, profissionais liberais e até militares, que começam a praticar a capoeira e, conseqüentemente, a interferir na sua filosofia, buscando dissociá-la do “seu negro passado”, até então ligado à malandragem e à marginalidade. Com isso, era cada vez mais freqüente o discurso da capoeira como um esporte genuinamente brasileiro e que nada mais tinha de ver com as práticas afro-religiosas – como o candomblé – nem com nenhuma outra manifestação ligada a elementos culturais afro-brasileiros.

Na visão de Letícia Vidor de Sousa Reis (1997), o que houve naquele momento foi uma tentativa de se converter a capoeira de símbolo étnico em símbolo nacional. Conversão esta que passava pela

esportização, onde deveria ser praticada em academias e em exposições públicas. Criou-se, então, a capoeira “civilizada” em oposição à antiga capoeira “bárbara” que se destacava nas ocorrências policiais no século XIX.

A oposição “barbárie” (negro) / “civilização” (branco) serviu para opor a capoeira- luta – arte de vadiar – do século XIX à capoeira-esporte – arte marcial brasileira – do século XX.

É importante notar que, se houve um “jeito branco e erudito” de converter a capoeira em esporte, houve, por outro lado, um “jeito negro e popular” de fazê-lo, caracterizado na Bahia dos anos 30 do século XX, principalmente através da atuação de dois mestres baianos: Mestre Bimba com a criação da Capoeira Regional Baiana e Mestre Pastinha com sua Capoeira Angola.

Bimba concebendo a capoeira como uma prática “mestiça” incluindo golpes e movimentos de outras lutas marciais e Pastinha defendendo a “pureza africana” da capoeira. Ficando ambos em comum acordo no que se refere à capoeira como prática soberanamente baiana. Para ambos a “verdadeira capoeira” estava na Bahia. A antropóloga, citada inúmeras vezes neste trabalho, Leticia Vidor de Sousa Reis (1997), faz uma interessante análise sobre isso. Sigamos suas palavras:

“... se a intelectualidade branca de princípios do século XX tinha um projeto nacional para a capoeira, os mestres de capoeira baianos da década de 30 formularam um projeto regional e étnico. Os contornos de ambos os projetos ficam evidenciados quando se atenta para a própria designação que dão à capoeira-esporte. Enquanto os intelectuais da época falam na capoeira como ‘gymnastica nacional’, para os mestres baianos mencionados, as duas modalidades esportivas chamam-se Capoeira Regional e Capoeira Angola. Para viabilizar seu projeto regional e étnico, os negros baianos lançaram mão de duas estratégias diferentes. Mestre Bimba (Manuel dos Reis Machado, 1899-1974), criador da Capoeira Regional Baiana, que não via nenhum inconveniente em ‘mestiçar’ essa luta, incorporando à mesma movimentos de lutas ocidentais e orientais (...). Por outro lado, Pastinha (Vicente Ferreira Pastinha, 1889-1981) contemporâneo de Bimba e igualmente empenhado na legitimação dessa prática reagindo àquela ‘mestiçagem’ da capoeira, afirmava a ‘pureza africana’ da luta, difundindo o estilo da capoeira Angola e procurando distingui-lo da Regional”.

(Sousa Reis, 1997:98).

Assiste-se, portanto, naquele momento, a um processo progressivo de ‘baianização’ da capoeira que se alastrou por todo o país. Nesse processo, a memória da capoeira carioca foi praticamente banida da história da capoeira brasileira, sendo que a capoeira baiana passou a ser considerada como a “mais tradicional”.

Há, portanto, uma “invenção da tradição” da capoeira baiana que automaticamente nega a capoeira carioca como tradição. O governo, no momento de esportizar a capoeira, elegeu a baiana como sendo a “mais pura”; a escola de capoeira de Mestre Bimba, na Bahia, foi a primeira no país a ser legalizada havendo um incentivo às exposições públicas de capoeiristas baianos. Essa escolha oficial de prioridade à capoeira baiana criou a “impureza” da capoeira de outras regiões do país, dentre as quais a carioca (cf. Sousa Reis, 1997).

Importante pensar sobre os fatores que contribuíram para a imagem de marginalização da capoeira carioca, considerada “não autêntica”, no processo de valorização da prática capoeirística como esporte nacional.

Documentos historiográficos mostram a capoeira praticada no Rio de Janeiro, do século XIX, como sendo uma prática eminentemente “de rua”; uma prática mantida por negros que tinham contato com o mundo da “rua”, onde estabeleciam relações com o grande fluxo de pessoas que transitavam diariamente pela cidade. Embora situação semelhante ocorresse na cidade de Salvador (BA), um outro grande centro urbano no século XIX, é de se supor que a capoeira praticada nas ruas da cidade

do Rio de Janeiro tenha sido mais evidenciada pelas autoridades já que se tratava da “Corte” do Brasil desde 1808 até 1889 e, com a proclamação da República em novembro de 1889, capital do país.

Se pensarmos na noção de “rua” como um espaço que representa tudo o que diz respeito ao mundo urbano no seu aspecto público, não-controlado (cf. Damatta, 1979), isto é, o “mundo da desordem”, podemos entender que a capoeira que foi evidenciada nas ruas da Corte não poderia ser eleita como “esporte nacional”, num momento em que havia um esforço para conceber a capoeira como esporte regrado, racional, digno de ser praticado pelas pessoas “de bem”, em escolas apropriadas, sob uma ótica marcadamente militarista, disciplinadora e eugenizadora.

A capoeira “legítima”, socialmente falando, na Era Vargas, não podia ser aquela do “negro desordeiro”, antigo componente das maltas cariocas, reatualizado na figura do malandro carioca que foge ao trabalho disciplinado, mas a capoeira do negro baiano que, para obter a descriminalização da luta, acaba por desqualificar esse mesmo “malandro” (tanto do Rio de Janeiro quanto de Salvador). Neste período, qualidades como “preguiça” e “indolência” são substituídas por uma ideologia do trabalho (cf. Ortiz, 1985). Na academia de Mestre Bimba, por exemplo, só eram admitidos indivíduos que comprovassem estar trabalhando ou estudando, além disso, este Mestre submetia todos os candidatos interessados a uma vaga em sua academia, a realizarem testes de resistência física.

Manuel dos Reis Machado – Mestre Bimba –, o idealizador da Capoeira Regional Baiana, foi um aprendiz de capoeira, um moleque das ruas de Salvador, que vivia de “biscates”, profundamente relacionado com a cultura do cais do Porto. Este universo fez parte das suas alternativas de sobrevivência e era um local onde grande parte dos capoeiras também exercia seus ofícios. Mas, foi a partir da ruptura com esses grupos, que Bimba assumiu uma nova tradição do que deveria ser a capoeira. Entendeu o contexto de repressão à capoeira e se colocou em defesa da mesma enquanto símbolo cultural. Ele apreendeu os discursos da repressão, os assumiu e reconheceu existir, ou ter existido, um grupo “marginal”, possível de ser enquadrado em um campo de negação ao trabalho – o “malandro” – mas, rompendo com esse grupo, “inventa” a Capoeira Regional Baiana voltada para estudantes e trabalhadores. Assim, Mestre Bimba produzia um discurso de defesa da capoeira apresentando seu lado eficaz.

Empenhando-se em demonstrar que na capoeira há trabalhadores, Bimba rompe com a tradição passada – a capoeira de “malandros e vadios” –, criticando as ações desses grupos, e buscando desenvolver a capoeira em grupos de melhor status na hierarquia social (cf. Pires, 2001).

Vicente Ferreira Pastinha – Mestre Pastinha –, idealizador da Capoeira Angola, assim como Manoel dos Reis Machado, situava-se nas mesmas condições sociais dos capoeiristas daquele início de século XX. Logo cedo conseguiu vaga para trabalhar na Marinha integrando-se ao cotidiano dos trabalhadores da cidade de Salvador.

O historiador Antônio Liberac Simões Pires (2001) informa-nos que Mestre Pastinha passou pelas experiências típicas de “meninos nas ruas”, e numa dessas experiências entrou em contato com a prática de capoeira:

“Todos os dias Pastinha passava por uma rua, perto de sua casa, em que um menino, de nome Honorato lhe batia, para bom gosto de todos que presenciavam a cena. Até mesmo a família do menino gostava de ver seu ente querido bater em Pastinha. Certo dia, um velho africano, vendo a cena, de sua janela, o chamou para aprender a se defender. Era Benedito, seu futuro mestre, quem lhe chamava para as primeiras lições. Ao final, Pastinha acabou batendo no outro menino e se consagrando em sua liberdade de ir e vir naquela rua.” (Pires, 2001:297).

Dominando a “arte da capoeira”, Mestre Pastinha passou, com o decorrer dos anos, a defendê-la como esporte, idealizando, assim, a Capoeira Angola. Esse estilo foi construído em oposição às outras lutas e ao estilo de Capoeira Regional idealizado por Mestre Bimba.

Os angoleiros tiveram que colocá-la como prática única e genuína. Assim, Mestre Pastinha atacou a Capoeira Regional, apontando-a como misturada a outras lutas que estavam em evidência na época. Mestre Pastinha “inventa” a Capoeira Angola dentro de uma nova idéia: a que une a concepção esportiva à ludicidade. A capoeira é apresentada então, como ímpar, fruto da experiência africana no Brasil e que teria sido desenvolvida em Angola, mas trazendo as contribuições de congolezes, moçambicanos e indígenas.

Assim, na concepção de Mestre Pastinha, a capoeira teria sua origem em Angola, mas teria se transformado no Brasil. Ela teria deixado de ser “luta de ataque” para ganhar os movimentos de defesa e um aspecto lúdico neste país.

Assim, se parte da intelectualidade branca nas primeiras décadas do século XX (entre 1910 e 1930) no Brasil, tinha um projeto nacional para a capoeira buscando esportizá-la, os mestres de capoeira baianos da década de 30 formularam um projeto regional e étnico. Os contornos de ambos os projetos ficam evidenciados quando se atenta para a própria designação que dão à capoeira-esporte. Enquanto os intelectuais da época falam na capoeira como “gymnastica nacional”, para os mestres baianos mencionados, as duas modalidades esportivas chamam-se Capoeira Regional e Capoeira Angola (cf. Sousa Reis, 1997).

O folclorista Câmara Cascudo (1967), ao observar a capoeira na década de 1960, momento em que esta prática já se afirmara como “esporte nacional”, concluía que:

“As demonstrações públicas do jogo da capoeira entre Mestres são espetáculos de destreza surpreendente, impressionante agilidade nos inopinados ataques e defesas, decorrendo na obediência de regras intransponíveis. E certos golpes possuem nomes que se fizeram célebres, aú, rasteira, corta-capim, tesoura, meia-lua, rabo-de-arraia, chibata armada, balão, bananeira” (...). A capoeira continua um popular exercício de agilidade na Bahia e Rio de Janeiro, prática e realmente despojada do caráter agressivo de outrora. Sempre executada ao som dos berimbaus a demonstração tem um aspecto ginástico sugestivo pela precisão dos golpes, dando a imagem real de uma dança poderosa de força disciplinada e de elegância natural”. (Câmara Cascudo, 1967:182-188, grifos nossos).

Percebemos na descrição do folclorista, a nova concepção que se passou a ter da capoeira: um “exercício de agilidade”, cuja dinâmica nos movimentos obedece a “regras intransponíveis”, “sendo uma prática realmente despojada do caráter agressivo de outrora”, podendo ser considerada como uma “dança poderosa de força disciplinada”.

Com a valorização da capoeira enquanto “esporte nacional”, várias referências são feitas a ela, principalmente na música brasileira. A Bossa Nova foi bastante influente, onde os letristas e compositores usaram e abusaram do tema. Quando não, enxertaram letras e músicas inteiras de capoeira, pura e simplesmente, retocando a composição anônima para lhe dar sua autoria (cf. Rego, 1968).

Abaixo seguem alguns exemplos:

I – Menino quem foi seu mestre/ meu mestre foi Salomão/ me ensinou a capoeira com a palmatória na mão/ Quero mostrar que o meu samba com um pouquinho de capoeira é bom/ E nem precisa se

mudar de tom/ o Samba com o boogie woogie[12] abafa/ E a canção com o meu samba muito melhorou/ Agora a capoeira e o samba vão se ajuntar/ E a coisa vai ser mesmo de abafar.

II – A moçada vai gostar/ Quando ver o meu samba na prova/ E ouvir o berimbau no balanço da Bossa Nova/ Vem, vem, vem/ Vamos dançar Bossa capoeira/ Que é de abafar/ Não tem rabo de arraia/ Nem pernada, ó meu irmão/ Tem morena nos meus braços/ Dançando é sensação.

III – Upa! Neguinho na estrada/ Upa! Pra lá e pra cá/ Vige qui coisa mais linda/ Upa! Neguinho começando a andá, começando a andá, começando a andá/ E já começa apanhá/ Cresce neguinho e me abraça/ Cresce e me ensina a cantá/ Eu preendi tanta desgraça, mas muito eu lhe posso ensiná/ Mas muito eu lhe posso ensiná/ Capoeira, posso ensiná/ Ziquizira posso tirá/ Valentia posso emprestá/ Mas liberdade só posso esperá.

A dupla de compositores Baden-Powell e Vinícius de Moraes foi o ponto decisivo na história da Música Popular Brasileira, na adoção do toque e canto da capoeira, onde a composição “Berimbau” por Baden Powell (nos anos de 1960) cantada por intérpretes famosos foi o estímulo a novas composições dentro do tema (cf. Rego, 1968).

“Quem é homem de bem não trai/ O amor que lhe quer seu bem/ Quem diz muito que vem, não vai/ E assim como não vai não vem/ Quem de dentro de si não sai/ Vai morrer sem amar ninguém/ O dinheiro de quem não dá é o trabalho de quem não tem/ Capoeira que é bom não cai/ Se um dia ele cai, cai bem/ capoeira me mandou dizer que já chegou/ Chegou para lutar/ Berimbau me confirmou/ Vai ter briga de amor/ Tristeza camarada”. (“Berimbau” – Música de Baden Powell e letra de Vinícius de Moraes)

Seguindo os rumos para sua institucionalização, enquanto prática disciplinadora e metodizada, fazendo jus ao seu status de “arte marcial brasileira”, a capoeira, em 1961, é introduzida no currículo de ensino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e em 1972, foi homologada pelo Ministério da Educação e Cultura como modalidade desportiva.

Posteriormente a isso, a Confederação Brasileira de Pugilismo, pelo seu Departamento Especial de Capoeira, baixou o regulamento técnico que norteia a prática da capoeira-esporte em todos os eventos e graduações oficiais no Brasil tendo por órgãos responsáveis, em nível estadual, as respectivas Federações. (...)

Referência:

"A Arte de Disciplinar: Jogando Capoeira em Projetos sócio-educacionais", por Wilson Rogério Penteado Junior disponível na íntegra em www.antropologia.com.br/divu/divu43_trab.htm e http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mydownloads_01/singlefile.php?cid=16&lid=6886